

Como citar este artigo:

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Categorias de texto: significantes para quais significados? In TRAVAGLIA, Luiz Carlos (Org.); FINOTTI, Luísa Helena Borges (Org.) ; MESQUITA, Elisete Maria Carvalho de (Org.) . **Gêneros de texto: caracterização e ensino**. 1ª ed. Uberlândia: EDUFU, 2007. p. 173-192.

CATEGORIAS DE TEXTO: SIGNIFICANTES PARA QUAIS SIGNIFICADOS?

Luiz Carlos Travaglia

1 Introdução

Neste artigo coloca-se em discussão a seguinte questão: considerando o texto um signo, em que a seqüência lingüística como um todo é o significante, o que podemos considerar sobre o significado do texto, enquanto tal? O que é o significado do texto? O tipo de texto, como um tipo de signo, tem alguma relação com significados ou tipos de significados específicos?

Para responder tais questões precisamos fazer algumas considerações prévias sobre signo de modo geral. Não vamos aqui nos estender sobre as diversas concepções de signo desde as do realismo (diádico ou triádico) até às do realismo crítico. Assim, para efeito de nossa questão, de uma maneira geral, podemos entender o **signo** como uma unidade do nível semântico da língua, ou seja, uma unidade significativa ou de significação da língua, composta basicamente de **significado** e **significante**. Portanto, o signo está sendo entendido como qualquer unidade da língua capaz de instaurar um processo de significação.

O que é o significante e o que é o significado?

O **significante**, evidentemente, não pode ser o som, as fonias, nem as grafias, que compõem a parte audível ou visível do signo lingüístico, pois, se assim fosse, não haveria compreensão / comunicação entre os falantes já que as fonias são diferentes a cada emissão de um signo e as grafias também. Então, o significante só pode ser uma **classe de fonias / grafias**, ou seja, o significante permite aos usuários da língua perceber fonias / grafias distintas como pertencendo à mesma classe, ao mesmo significante. No exemplo (1) temos várias fonias da palavra “menino”, mas todas são vistas como pertencentes ao mesmo significante e, portanto, ao mesmo signo, apesar de diferentes entre si.

(1) menino / méninu / m'nin^u / minin^u (estas são fonias perceptíveis a “ouvido nu” = sem aparelhos, mas toda emissão, até pela mesma pessoa, é uma fonia diferente)

O **significado**, por sua vez, não seria:

a) o *referente*, porque a maioria dos signos da língua não teria significado: os dêiticos, os nomes comuns que se referem a classes, os nomes abstratos, os sincategoremáticos. Além disso, temos vários signos para o mesmo referente que não têm o mesmo significado (Vênus, Vésper, Estrela D’Alva); nomes de seres fantásticos ou que não existem mais (unicórnio, pterodáctilo) não teriam significado (KEMPSON, 1980, p. 23, 24) e, apesar de não haver os referentes, não podemos ignorar que frases como as de (2) têm significado.

(2) a- A primeira mulher a descer na Lua foi uma brasileira.

b- Estão extintas as iguanas.

b) o *pensamento* ou a *imagem mental*, o que se pode perceber por meio do exemplo de Kempson (1980, p. 25, 26), segundo a qual se o significado fosse a imagem mental teríamos que admitir que as expressões “uma criança cansada”, “uma criança infeliz”, “uma criança irritada”, “um futuro tirano” teriam todas o mesmo significado se aplicadas à mesma imagem: criança batendo os pés e chorando;

c) *engramas, comportamentos, intenções ou desejos de quem fala* (teorias de fundo psicologista), pois, já que tudo isto é individual, não haveria comunicação.

Então o que é o significado?

A partir das proposições dos lógicos (em particular de Frege), de Saussure e de Peirce, podemos nos atrever a dizer que o **significado** é uma unidade cultural, dada por uma série de características, que na verdade funcionam, no sistema, como diferenças entre as unidades e que permitem identificar uma ocorrência qualquer (um sentido) como pertencente ou não a dada unidade cultural, considerada como uma classe. O domínio desta classe será alcançado culturalmente pela apresentação de um número infundável de interpretantes, no sentido de Peirce para interpretante: qualquer signo que dá o significado de outro signo. Por

exemplo, diante da palavra “rinoceronte”, cujo significado é desconhecido de alguém podemos dar interpretantes como: a) mostrar uma foto de um rinoceronte; b) dizer: “É um animal selvagem”; c) dizer: “É um animal quadrúpede, grande, com um único chifre curto na parte superior do focinho e com uma espécie de couraça em seu corpo”; d) apresentar um filme de safári, em que aparece um rinoceronte atacando um veículo; e) apresentar um documentário sobre a vida dos rinocerontes, f) ver um rinoceronte no zoológico; g) etc.

O **significado** é, portanto, uma classe de significações, ou melhor dizendo, de sentidos possíveis. Diante de um signo empregado num texto usado em uma situação, detectamos seu sentido e o incluímos ou não dentro do mesmo significado. Um exemplo de alguns sentidos ou efeitos de sentido que podem ser colocados na mesma classe (significado), pode ser visto no exemplo (3), em que a palavra “menino” é tomada sempre como o mesmo signo, apesar dos diferentes sentidos com que ocorre nas situações em que cada texto é usado.

(3) a) Nasceu o filho de João. É um **menino**. (=ser humano do sexo masculino). (Parente informando a amigo que pede notícias sobre o nascimento do filho de alguém).

b) João está sempre fazendo brincadeiras com os colegas. Parece um **menino**. (= ser que brinca e se sente satisfeito com isto) (Alguém comentando sobre o comportamento de João, um adulto).

c) João, pare de ser **menino**. (= ser sem muita responsabilidade) (dita pelo professor numa sala de universidade, quando João fazia outras coisas em vez das atividades propostas).

d) Os **meninos** (= filhos) chegaram? (mãe chegando em casa e perguntando pelos filhos que são todos adultos).

Pelo dito acima, percebe-se que o significante e o significado são considerados como unidades abstratas, porque são classes (types) que servem para classificar as fonias ou grafias e os sentidos (tokens):

- significante: uma classe de fonias ou grafias

- significado: uma classe de sentidos

Desse modo, o significante faz a ligação entre a fonia ou grafia e o signo e o significado faz a ligação entre o sentido e o signo. Estas relações

são arbitrárias. Assim o signo une todas as fonias ou grafias e todos os sentidos, o que nos permite compreender e sermos compreendidos.

Estes conceitos de significado e significante enquanto classes valem para os signos de qualquer plano (lexical, frasal, textual), mas, na língua, a idéia de unidade cultural parece ser mais pertinente para a palavra ou locuções, expressões e sintagmas locucionais. Assim sendo, **o que seria o significado de uma frase e de um texto?**

O significado da **frase**, obviamente, não é a pura e simples soma do significado das palavras que a compõem. Evidência disso são exemplos como os de (4) e (5).

- (4) a) O leão matou a girafa.
- b) A girafa matou o leão.
- (5) A verdade quebrou a vidraça.

Em (4), apesar de termos as mesmas palavras o significado das duas frases **a** e **b** obviamente não é o mesmo, pois elas exprimem estados de coisas diferentes. Em (5), se se considerar só as palavras, ter-se-ia uma frase impossível, já que a ação de quebrar exige um agente concreto e “verdade” é um nome abstrato, conforme postulados de restrição de seleção da gramática gerativa. Mas, se levarmos em conta certos contextos, ela adquire significado e exprime um estado de coisas. Assim, por exemplo, pode-se entender que alguém está dizendo que o fato de se dizer a verdade ou de ela vir a ser descoberta ou conhecida, levou a que alguém agisse de determinada forma, quebrando a vidraça de que se fala.

Na verdade, **a frase tem por significado um estado de coisas** que é apreendido em função das pistas lingüísticas (marcas lingüísticas e suas relações) apresentadas em uma seqüência lingüística específica (que constitui um dado co-texto) e que produzirão um determinado sentido em função desse co-texto, de um contexto de situação e de um contexto sócio-histórico-ideológico, em que a seqüência lingüística é empregada. A marca lingüística é qualquer recurso da língua que põe em jogo alguma instrução de sentido.

E o significado do TEXTO o que é?

O significado do texto nunca poderá ser visto:

a) nem como a simples soma do significado das palavras e/ou das frases que o compõem, pois para a constituição do sentido contribuem fatores diversos: as marcas lingüísticas, as informações selecionadas, sua ordenação e sua organização (o que é visto e/ou apresentado como novo/dado, principal / secundário, por exemplo), os sujeitos em interação, bem como os lugares sociais de onde agem lingüisticamente, o quando, o onde e o porquê do dizer, seu objetivo e ainda tudo o que a lingüística textual já arrolou como fatores de coerência: o conhecimento de mundo, o conhecimento lingüístico (incluindo os mecanismos e recursos de coesão), o conhecimento partilhado, a focalização, as inferências, os fatores pragmáticos e contextualizadores, a situacionalidade, a intencionalidade e a aceitabilidade, a informatividade, a intertextualidade, a relevância e a consistência (TRAVAGLIA; KOCH, 1989, 1990);

b) nem como uma classe de sentidos, pois na verdade o texto só pode ter o(s) sentido(s) que lhe é (são) atribuído(s) tanto pelo seu produtor quanto por seus recebedores/compreendedores;

Então, a dimensão significativa do texto é, na verdade, **um efeito de sentido** único para o texto como um todo, que, conforme o referencial teórico adotado, recebe nomes distintos: tema, tópico discursivo ou macroestrutura. Todavia seja qual for o nome dado, este efeito de sentido pode variar para a mesma seqüência lingüística em função da variação de algum ou alguns fatores dentre os citados anteriormente. Somente nessa perspectiva poder-se-ia falar em **uma classe de sentidos ou efeitos de sentido para o texto**: o conjunto de sentidos / efeitos de sentido aceitáveis que lhe foram ou forem atribuídos. Diz-se conjunto de sentidos aceitáveis, uma vez que pode haver leituras equivocadas, ou seja, efeitos de sentido que nunca poderão ser atribuídos a um dado texto.

Este sentido do texto (seu tema, seu tópico discursivo, sua macroestrutura), é visto como elemento gerador do texto e enquanto tal (elemento de significado gerador do texto) terá que aparecer em todos os elementos constitutivos desse mesmo texto.

2 Categorias de texto¹: significantes para quais significados?

2.1 Uma hipótese

Vimos até agora que o texto (enquanto ocorrência) teria apenas efeitos de sentido possíveis, dependentes de uma série de fatores e da forma lingüística particular de cada texto, que é também um desses fatores. Por isso, cabe perguntar se, em alguma dimensão do texto, haveria significado, ou seja, uma classe de natureza significativa e também se haveria *significante*, que seria uma classe de alguma natureza, até mesmo a formal.

Face a essa pergunta e tendo em vista que as **categorias de textos permitem identificar classes de textos**, pode-se propor a hipótese de que categorias de textos têm uma dimensão “*significante*” e uma dimensão “*significado*”:

- **Significante** → Aspectos formais lingüísticos (elementos composicionais de formulação da seqüência lingüística) e de estrutura, inclusive superestrutura;

- **Significado** → As propriedades dadas por aspectos diversos conforme cada categoria de texto (como, por exemplo, a perspectiva do produtor/ enunciador no tipo, a função social no gênero e o elemento de conteúdo e/ou forma na espécie).

Para considerar e exemplificar melhor a possibilidade da hipótese acima, vamos antes expor alguns fatos sobre tipologia/taxionomia textual, propostos em Travaglia (1991, 1999, 2001, 2002a, 2002b, 2007).

¹ O termo **categoria de texto** é por nós usado para designar qualquer classificação que uma sociedade e cultura dê a um texto, tipologizando-o. O termo “categoria de texto” identifica uma classe de textos que têm uma dada caracterização, isto é, um conjunto de características comuns em termos de conteúdo, estrutura composicional, estilo (características da superfície textual), funções e objetivos, condições de produção (quem pode produzir, para quem, em que quadro institucional ou de comunidade discursiva), etc., mas distintas das características de outras categorias de textos, o que permite diferenciá-los.

2.2 Elementos sobre categorias do texto para o tratamento das dimensões significante e significado do signo texto

Além do conceito de “categoria de texto”, já exposto, o principal, para nossa questão neste artigo, é a proposição do conceito de **tipelemento**, termo com que designamos classes de categorias de texto de natureza distinta. Até o momento identificamos e distinguimos três naturezas básicas de categorias de textos que denominamos de **tipos, gêneros e espécies** de textos.

Assim, no que respeita ao tratamento tipológico/taxionômico dos textos, temos proposto a existência de três **tipelementos** (classes de categorias de texto de naturezas distintas) e que precisam ser distinguidos ao se fazer uma teoria tipológica (ou seja, de classificação de textos), porque têm naturezas distintas e não considerá-los seria criar problemas e confusões desnecessários, pois os tipelementos mantêm entre si relações específicas que devem ser consideradas, ao se estruturar e propor tipologias, para não alinhar, num mesmo plano, elementos de naturezas diferentes e distintas. Vejamos então qual a natureza de cada um dos três tipelementos que identificamos: **o tipo, o gênero e a espécie**.

O primeiro tipelemento, isto é, a primeira natureza que uma categoria de texto pode ter é a de **tipo** que é identificado e caracterizado por instaurar um modo de interação, uma maneira de interlocução (TRAVAGLIA, 1991, cap. 2, 2007), segundo **perspectivas** que podem variar, constituindo critérios para o estabelecimento de tipologias diferentes. Algumas perspectivas que foram usadas para o estabelecimento de distinção e classificações de tipos já conhecidas são:

1) a perspectiva do produtor do texto em relação ao objeto do dizer quanto ao conhecer / saber ou ao fazer / acontecer e sua inserção ou não no tempo e / ou no espaço. Esta perspectiva estabelece os tipos que normalmente têm sido nomeados de **descrição, dissertação, injunção e narração**. Essa perspectiva foi proposta em Travaglia (1991, cap. 2). A caracterização destes quatro tipos de texto feita por Travaglia (1991)

aparece resumida no quadro 1 abaixo².

QUADRO 1

Caracterização dos tipos descrição, dissertação, injunção e narração

	Descrição	Dissertação	Injunção	Narração
Perspectiva do enunciador/ produtor do texto	Enunciador na perspectiva do espaço em seu conhecer	Enunciador na perspectiva do conhecer, abstraído do tempo e do espaço	Enunciador na perspectiva do fazer/acontecer posterior ao tempo da enunciação	Enunciador na perspectiva do fazer / acontecer inserido no tempo
Objetivo do enunciador	O que se quer é caracterizar, dizer como é	Busca-se o refletir, o explicar, o avaliar, o conceituar, expor idéias para dar a conhecer, para fazer saber, associando-se à análise e à síntese de representações	Diz-se a ação requerida, desejada, diz-se o que e/ou como fazer; incita-se à realização de uma situação ³ .	O que se quer é contar, dizer os fatos os acontecimentos, entendidos como os episódios, a ação / o fato em sua ocorrência.
Forma como se instaura o interlocutor	Como o “voyeur” do espetáculo	Como ser pensante, que raciocina	Como aquele que realiza aquilo que se requer, ou se determina que seja feito, aquilo que se deseja que seja feito ou aconteça	Como o assistente, o espectador não-participante, que apenas toma conhecimento, se inteira do(s) episódio(s) ocorrido(s)

(continua)

² Este quadro, nesta forma é transcrito de Travaglia (2002b), com pequenas modificações. TRAVAGLIA, L. C. Tipos, gêneros e subtipos textuais e o ensino de língua materna. In: BASTOS, N. M. O. B. (Org.). *Língua portuguesa: uma visão em mosaico*. São Paulo: EDUC: PUC, 2002b. p. 201-214.

³ Por situação entendemos todos os tipos de processos indicados pelo verbo ou não: ações, fatos, fenômenos, estados, eventos, etc.

(continuação)

	Descrição	Dissertação	Injunção	Narração
Tempo referencial (o tempo da ocorrência no mundo real em sua sucessão cronológica)	Simultaneidade das situações	Simultaneidade das situações	Indiferença à simultaneidade ou não das situações	Não simultaneidade das situações, portanto sucessão.
Tempo da enunciação	Pode haver ou não coincidência entre o tempo da enunciação e o referencial, podendo o da enunciação ser posterior, simultâneo ou anterior. ⁴	Pode haver ou não coincidência entre o tempo da enunciação e o referencial, podendo o da enunciação ser anterior, simultâneo ou posterior.	O tempo referencial é sempre posterior ao da enunciação.	Pode haver ou não coincidência entre o tempo da enunciação e o referencial, podendo o da enunciação ser anterior, simultâneo ou posterior.

2) a perspectiva do produtor do texto dada pela imagem que o mesmo faz do receptor como alguém que concorda ou não com o que ele diz. Aqui aparecem: a) o *discurso da transformação*, quando o produtor vê o receptor como alguém que não concorda com ele, o que cria os **textos argumentativos “stricto sensu”** que mobilizam explicitamente argumentos e recursos lingüísticos apropriados ao convencimento / persuasão do interlocutor e b) o *discurso da cumplicidade* em que o produtor vê o receptor como alguém que concorda com ele. Neste caso, temos o texto **argumentativo não “stricto sensu”** (TRAVAGLIA, 1991, cap. 2);

⁴ Embora se possa ter descrições, dissertações e narrações passadas, presentes e futuras, o que se observa é que mais comumente, em nossa cultura, temos: a) mais freqüentemente descrições passadas e presentes e raramente descrições futuras; b) freqüentemente dissertações presentes, raramente passadas e até o momento não encontramos ocorrência de dissertação futura; c) mais freqüentemente narrações passadas, menos freqüentemente narrações presentes e raramente narrações futuras.

3) a perspectiva em que o produtor faz uma antecipação das situações no dizer (**texto preditivo**) ou não (**texto não preditivo**) (TRAVAGLIA, 1991, cap. 2);

4) a perspectiva dada pela atitude comunicativa de comprometimento ou não, o que resulta nos **textos do mundo comentado** (comprometimento) **ou narrado** (não comprometimento) (WEINRICH, 1968);

5) O caso da tipologia: lírico, épico ou narrativo, dramático ou teatral em que podemos observar as seguintes perspectivas:

A) O **lírico** é um tipo, porque é dado por estabelecer um modo de interação que se caracteriza pela perspectiva de voltar-se para si mesmo para refletir-se como numa “confissão” (TAVARES, 1974, p. 117-118) que se importa pouco com o outro, com o alocutário (MOISÉS, 1973, p. 63-69), portanto, uma perspectiva altamente subjetiva de si mesmo ou do que lhe é exterior, uma perspectiva que nasce do mundo interior e busca esse mesmo mundo.

B) A perspectiva de busca do mundo exterior pode acontecer de duas formas distintas:

a) pela admiração do acontecido. Nesse caso o que importa é a complicação que vai constituir uma parte essencial da superestrutura narrativa da espécie história. Essa admiração leva a perguntar: “qual é o ponto?” O que há de especial com este acontecimento. Bronckart (2003, p. 219) chama de colocação em **intriga** este aspecto que surge da admiração do acontecido, como algo especialmente notável. Tem-se aqui o gênero **épico** ou **narrativo** proposto pela teoria literária e que é o mesmo tipo narrativo referido anteriormente na perspectiva 1. Aqui, todavia, o mesmo tipo é apreendido por meio de outra perspectiva que o percebe de um outro ponto de vista, que foi teoricamente levantado pela teoria literária e chama a atenção para uma propriedade fundamental do tipo narrativo;

b) pela exposição e/ou análise das relações entre os seres, o que dá o tipo **dramático** (gênero dramático da teoria literária).

6) a perspectiva da comunicação não-confiável, porque sempre acontece uma reversão, por meio do cruzamento de pelo menos dois mundos possíveis (**humorístico**) e da comunicação confiável (**não-humorístico**).

O segundo tipelemento, isto é, a segunda natureza que uma categoria de texto pode ter é a de **gênero**⁵ que se caracteriza por exercer uma função sócio-comunicativa específica. Estas funções sociais, embora sejam “pressentidas” e vivenciadas, quase sempre não são de fácil explicitação e este é um ponto que necessita ainda de maior desenvolvimento na pesquisa. Alguns exemplos de gêneros seriam: a correspondência, a notícia, a reportagem, o gênero didático, romances, contos, novelas, fábulas, apólogos, mitos, lendas, epopeias, atestados, atas, sentenças, orações ou preces, etc. Nos gêneros definidos por atos de fala, a função sócio-comunicativa dos textos é mais facilmente perceptível, como mostramos em Travaglia (2002a) de que retiramos o quadro 2. Nele se mostra que vários gêneros podem ter uma função básica comum e vão se distinguir ou por variações nessa função ou por outras características. Assim, por exemplo, entre os gêneros do grupo 5, a certidão e o atestado se distinguem porque: a) a certidão é sempre dada por uma autoridade qualquer e representa uma transcrição de registros oficiais, o que garante a verdade do que se diz (Cf. certidão de nascimento, casamento, óbito, negativa de débitos, etc.); b) já o atestado é dado por alguém que tem a competência institucional ou técnica para dar fé da verdade de algo (Cf. atestado de frequência emitido por uma escola, atestado médico, etc.).

⁵ O termo “gênero” é aqui empregado para um conceito distinto de muitos conceitos identificados pelo mesmo termo na teoria linguística sobre classificação / taxionomia de textos. Por exemplo: para nós, o que Bakhtin chama de “gêneros discursivos” corresponde ao que chamamos de “categorias de texto”. Esta observação terminológica é necessária para evitar equívocos na distinção dos três tipelementos, que evidenciam que as categorias de texto não são todas da mesma natureza. Queremos evitar a equiparação do que chamamos de gêneros com outros conceitos distintos de gênero, o que, no entanto, não impede que muitas categorias de texto que para nós são gêneros sejam chamadas de gêneros também por outros autores. Todavia não se pode incluir o que consideramos como tipos e espécies entre os gêneros.

QUADRO 2

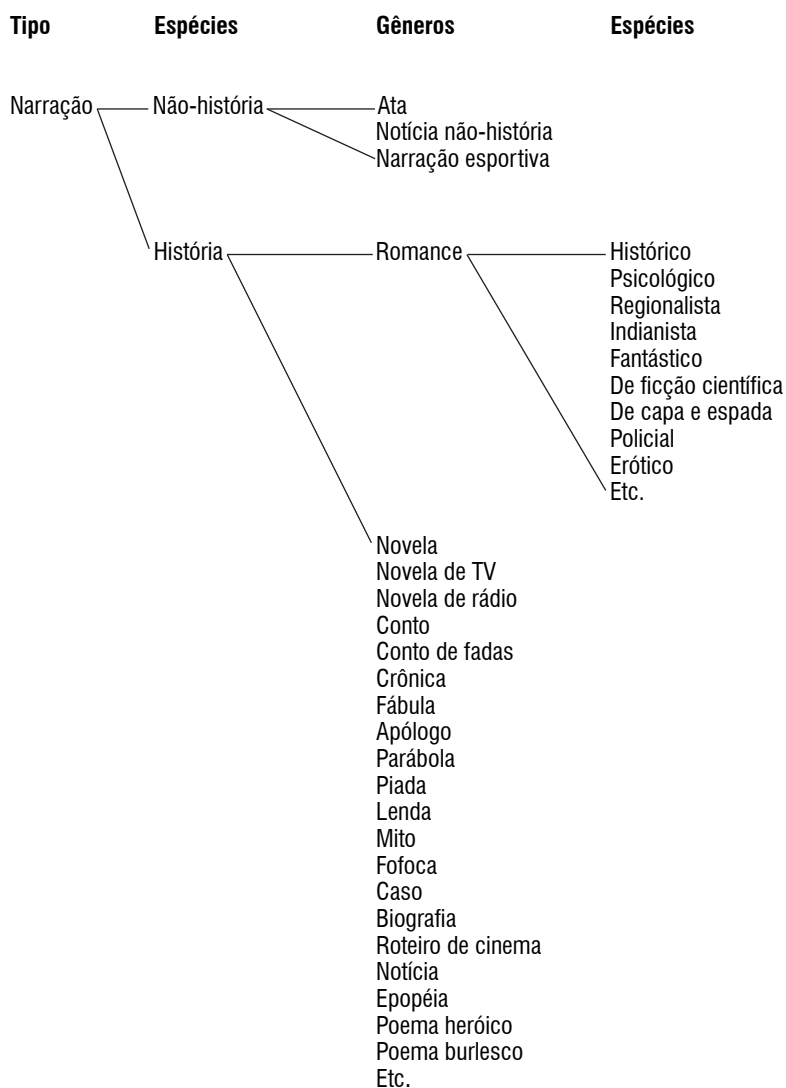
Funções sócio-comunicativas de gêneros caracterizados por atos de fala

	Grupos de gêneros	Função básica comum
01	a) Aviso, comunicado, edital, informação, informe, participação, citação	Dar conhecimento de algo a alguém
02	Acórdão, acordo, convênio, contrato, convenção	Estabelecer concordância
03	Petição, memorial, requerimento, abaixo-assinado, requisição, solicitação	Pedir, solicitar
04	Alvará, autorização, liberação	Permitir
05	Atestado, certidão, certificado, declaração	Dar fé da verdade de algo
06	Ordem de serviço, decisão, resolução	Decidir, resolver
07	Convite, convocação, notificação, intimação	Solicitar a presença
08	Nota promissória, termo de compromisso, voto	Prometer
09	Decreto, decreto-lei, lei, resolução	Decretar ou estabelecer normas
10	Mandado, interpelação	Determinar a realização de algo
11	Averbação, apostila	Acrescentar elementos a um documento, declarando, corrigindo, ratificando

(Extraído de Travaglia, 2002a, p. 7)

O terceiro tipelemento, isto é, a terceira natureza que uma categoria de texto pode ter é a de **espécie** que se define e caracteriza por aspectos formais de estrutura (inclusive superestrutura) e da superfície lingüística e/ou por aspectos de conteúdo. É o caso, por exemplo, das espécies “história” e “não-história” ligadas necessariamente ao tipo narrativo e que se caracterizam por seu tipo de conteúdo: a) a **história** é uma série de episódios interligados, encadeados e que caminham para uma solução de uma complicação, portanto, para uma resolução e um resultado; b) a **não-história** ocorre quando os episódios da narrativa estão lado a lado no texto, mas não se encadeiam em direção a um resultado. Ligadas ao tipo lírico temos espécies do gênero “poema” que se caracterizam pela forma (acróstico, balada, soneto e haicai) ou pelo conteúdo (ditirambo, elegia, epitalâmio, poemas bucólicos) (TRAVAGLIA, 2007). O “Esquema 1” abaixo apresenta exemplos de tipo, gêneros e espécies e do possível relacionamento entre eles.

ESQUEMA 1



Podemos voltar agora a nossa questão sobre as dimensões significativa e significado das categorias de texto hipotetizadas em 2.1.

2.3 Dimensão significado

Tendo em vista o exposto até aqui em 2.2, observa-se que as **perspectivas** (para os tipos), as **funções sociais** (para os gêneros) e os **tipos de conteúdos** (definidores de espécies) vistos anteriormente podem ser considerados como a **dimensão significado** dos tipelementos básicos.

Ainda com referência à dimensão significado, podemos pensar no tipo de informação que cada tipo de texto seleciona em função de sua perspectiva e objetivo (Cf. 2.2). Quanto à **seleção de informações de uma dada natureza**, vamos retomar aqui o que dissemos em Travaglia (1999), ressaltando que o fato de um determinado modo de interação levar a uma categoria de texto A ou B implica a seleção de um certo tipo de informação distinto em cada caso. Vejamos, de acordo com as perspectivas e objetivos propostos por Travaglia (1991, p. 49-57) e reproduzidos aqui no quadro 1, qual a natureza das informações que devem aparecer na formulação de cada um:

a) na **descrição**, o produtor do texto se coloca na perspectiva do espaço em seu conhecer, o que o leva a querer caracterizar, dizer como é, escolhendo pois informações apropriadas a este fim: localização, características e elementos constitutivos do objeto da descrição;

b) na **narração**, o produtor se coloca na perspectiva do fazer ou acontecer inserido no tempo. O que quer é contar o que aconteceu, dizer os fatos, os acontecimentos. Portanto o tipo de informação necessária é outro: os fatos ou acontecimentos, constituindo episódios, ordenados no tempo do mundo real;

c) na **dissertação**, o produtor se põe na perspectiva do conhecer, abstraído do tempo e do espaço. Neste caso busca o refletir, o explicar, o avaliar, o conceituar, o expor idéias para dar a conhecer, para fazer saber, associando-se à análise e à síntese de representações. Assim sendo, o que importa como informação são as entidades, as proposições sobre elas e as relações entre estas proposições, sobretudo as de condicionalidade, causa/consequência, de oposição (ou contrajunção), as de adição (ou conjunção), de disjunção, de especificação / ampliação / exemplificação, comprovação, etc.

d) na **injunção**, o produtor fica na perspectiva do fazer posterior ao tempo ou momento da enunciação. O objetivo é incitar à realização de uma situação (ação, fato, fenômeno, estado, evento, etc.), requerendo-a

ou desejando-a, ensinando ou não como realizá-la. Neste caso a informação é sempre algo a ser feito e/ou como ser feito.

Pode-se perceber facilmente que esses elementos (perspectivas, função sócio-comunicativa e tipos de conteúdo e informação) aparecem como meios que ajudam ou permitem ligar um texto à classe que ele pertence por seu “significado”, ou seja, o seu conteúdo deverá ser sempre colocável em uma dada classe “significado” que o dá como de uma certa categoria. Portanto, estes elementos podem ser vistos para o signo “texto” como a sua dimensão significado. Ou seja, nossa afirmação de que cada texto tem um sentido ou efeito de sentido, quando usado em uma situação de interação comunicativa em função de uma multiplicidade de fatores, é válida; mas o signo texto não carece de uma dimensão significado, uma vez que definimos o significado como uma classe a que se vincula um dado sentido, pois esta classe aparece quando voltamos o nosso olhar para as categorias de texto, que trabalham com classes de significação/sentido, conforme especificado anteriormente.

2.4 Dimensão significante

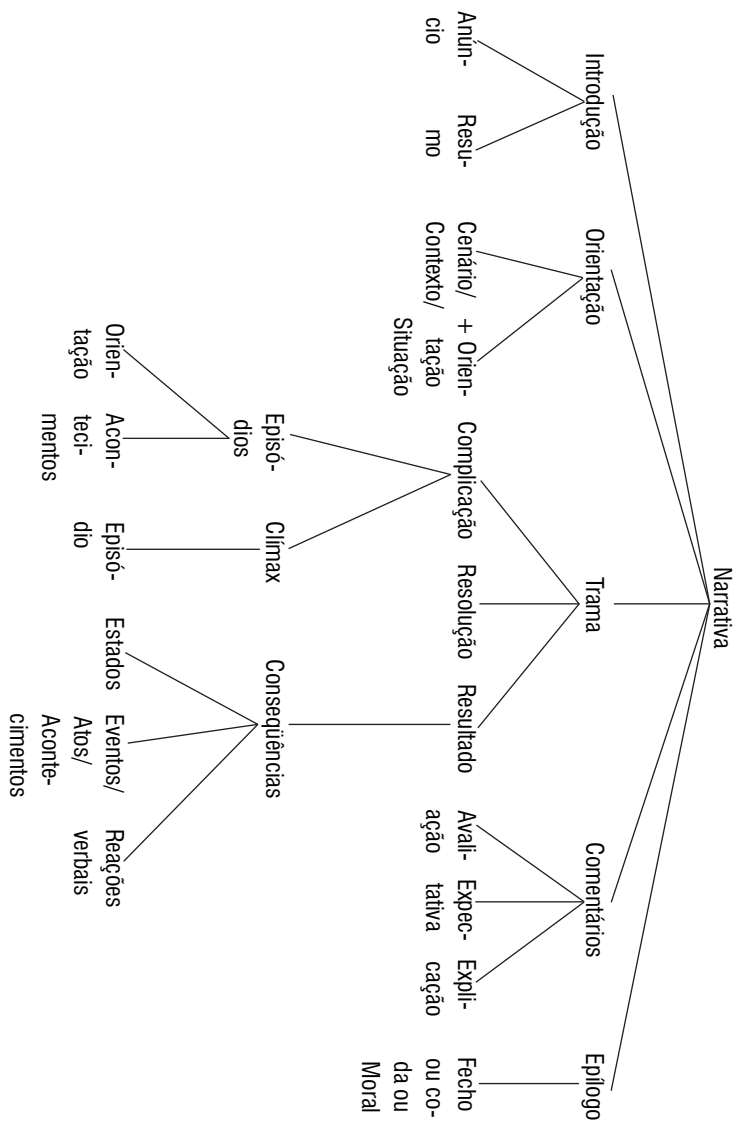
Na dimensão significante (enquanto classe) podemos incluir:

- a) as superestruturas;
- b) os elementos composicionais de formulação da seqüência lingüística, advindos da correlação entre marcas e propriedades próprias de cada categoria de texto.

No que diz respeito às **superestruturas**, apresentamos como exemplo apenas a superestrutura da narrativa história, tal como a apresentamos em Travaglia (1991, cap. 6) (Cf. Esquema 2), de cujas categorias ou partes apenas a complicação e a resolução são obrigatórias. Desse modo, os diversos gêneros que são narrativos necessária e predominantemente da espécie história (Cf. exemplos no esquema 1) se estruturam dentro dessa superestrutura com variações diversas que vão caracterizá-los e distingui-los. O fato de um texto apresentar as categorias dessa superestrutura liga imediatamente um texto a uma categoria de texto, portanto há uma correlação por meio dela com o signo que a categoria de texto representa. O realizar a superestrutura de uma forma e não de outra vai fazer com que se reconheça ter, por exemplo, um romance ou um conto, ou uma notícia, ou uma fábula, ou um apólogo, ou

uma parábola, e assim por diante. Ou seja, tem-se uma relação na dimensão significante do signo que cada categoria representa, o que faz com que a ocorrência seja percebida como pertencendo a uma dada classe.

ESQUEMA 2



Relativamente aos **elementos composicionais de formulação da seqüência lingüística** (o que BAKHTIN, 1992, chamou de estilo) advindos da correlação entre marcas e propriedades próprias do elemento tipológico, vejamos alguns elementos relativos ao texto narrativo da espécie história encontrados por Travaglia (1991), como sendo característicos e caracterizadores dessa classe de textos:

a) os verbos gramaticais predominantes são os marcadores temporais e os auxiliares aspectuais, o que é coerente com a propriedade dada pela perspectiva de inserção no tempo e também os auxiliares semânticos (que dão detalhes ou nuances dos fatos narrados);

b) são constituídos essencialmente por verbos dinâmicos (ações, fatos, fenômenos, transformativos);

c) aparecem verbos enunciativos de contar e assistir, já que o produtor é o contador e o receptor é o assistente dos episódios: presenciar, assistir, ver (tudo/o que acontecer/sucedendo/ocorrer), contar, relatar, narrar, falar/dizer (tudo/o que acontecer/ suceder/ocorrer);

d) só são possíveis com o aspecto perfectivo que caracteriza a narração, uma vez que apresentando a situação em sua totalidade, permite a sucessão de episódios que é essencial à narrativa. Dos aspectos de duração os mais característicos da narração são o durativo, o iterativo e o pontual;

e) as modalidades características desse tipo de texto são a certeza e a probabilidade, uma vez que são os textos que dão a conhecer os acontecimentos;

f) também para a narração o tempo atualizado depende da relação entre o tempo referencial e o da enunciação: a) presente na narração presente (85,65% dos verbos com tempo atualizado. O passado aparece com função retrospectiva.); b) passado na narração passada (98,50% dos verbos com tempo atualizado. O presente aparece com função de relevo emocional); c) futuro nas narrações futuras (nossos dados, em TRAVAGLIA, 1991, não foram quantitativamente significativos, mas confirmam a hipótese).

Um outro exemplo, fora dos elementos do verbo, é o fato de que nos textos narrativos (em que a perspectiva do produtor do texto em relação ao objeto do dizer é a do fazer ou acontecer **inserido no**

tempo) a formulação lingüística vai exigir o uso de recursos da língua para marcação desse tempo, daí a presença maior em textos narrativos de recursos da língua marcadores de tempo, pois, além da marcação de tempo feita pelos verbos, observa-se o uso muito freqüente neste tipo de texto de recursos tais como: a) datas; b) conectores de valor temporal: conjunções iniciando orações adverbiais temporais; preposições ou locuções prepositivas (após, antes de, depois de, etc); seqüenciadores ou encadeadores temporais no tempo referencial (tais como: aí, daí, então); c) advérbios e adjuntos adverbiais de tempo; d) nomes (substantivos e adjetivos) indicadores de tempo (dia, mês, semana, ano, década, atrasado, adiantado, temporário, transitório, etc.), entre outros.

Também o uso de conectores e de tipos de relações entre cláusulas tem se revelado ligado a tipos de texto: a) nos descritivos predominam os conectores de conjunção, somando as características que formam o “quadro” resultante da descrição e aparecem também os de contrajunção, permitindo a oposição de características para o mesmo fim; b) nos dissertativos, como importam as relações entre idéias constituintes do conhecer, aparecem conectores para os mais diferentes tipos de relações: conjunção, contrajunção ou oposição, disjunção ou alternância, causa / consequência (explicativas, justificativas, causais, condicionais, finais, consecutivas, conclusivas), comparação (comparativas, conformativas), comprovação, especificação (incluindo a exemplificação) entre outras; c) na narração importam os conectores para marcar as relações temporais (Cf. parágrafo anterior); d) na injunção são importantes os conectores de seqüenciamento de ações (em textos injuntivos que ensinam a fazer e como fazer com diversos passos) e de justificativa (para justificar o incitamento feito para determinada ação).

3 Finalizando

Creemos que os exemplos dados evidenciam a pertinência da hipótese de que os textos, enquanto signos, teriam uma dimensão significativo e uma dimensão significante, não nas ocorrências de cada texto em particular, mas apenas enquanto categoria de texto na qual se esperam certos elementos de significado condicionantes de significações e sentidos

possíveis. Neste caso teríamos essas duas dimensões (significante / significado) que, enquanto classes, permitiriam, por suas características, identificar uma dada ocorrência textual, como pertencendo a uma dada categoria de texto, que, neste caso seria o tipo, o gênero ou a espécie de texto, sendo este fator fundamental para a produção e compreensão do texto enquanto signo lingüístico. O conhecimento dessas características de classe é que tem de ser incrementado nos alunos para o domínio da produção/compreensão de textos.

Fica aqui a idéia para a discussão.

REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. São Paulo: M. Fontes, 1992. (Os gêneros do discurso).
- BRONCKART, J.-P. *Atividades de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sócio-discursivo*. São Paulo: EDUC, 2003.
- KEMPSON, R. M. *Teoria semântica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
- MOISÉS, M. *A criação literária*. São Paulo: Melhoramentos, 1973.
- PEIRCE, C. S. *Semiótica e filosofia*. Introdução, seleção e tradução de Octanny Silveira da Mota e Leonidas Hegenberg. São Paulo: Cultrix: EDUSP, 1975.
- SAUSSURE, F. *Curso de lingüística geral*. São Paulo: Cultrix, 1974.
- TAVARES, H. Ú. da C. *Teoria literária*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.
- TRAVAGLIA, L. C. Da distinção entre tipos, gêneros e subtipos de textos. *Estudos Lingüísticos XXX*, Marília, p. 01-06, 2001. Revista publicada em CD-ROM: artigo 200.
- TRAVAGLIA, L. C. *Um estudo textual-discursivo do verbo no português*. 1991. 124 p. Tese (Doutorado em Lingüística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1991.
- TRAVAGLIA, L. C. Gêneros de texto definidos por atos de fala. In: ZANDWAIS, A. (Org.). *Relações entre pragmática e enunciação*. Porto Alegre: Sagra Luzzato, 2002a. p. 129- 153. (Coleção Ensaio, n. 17).

TRAVAGLIA, L. C. *Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus*. São Paulo: Cortez, 1996.

TRAVAGLIA, L. C. Seleção e organização de informações e a produção de textos. In: DUARTE, L. P. (Coord.). *Para sempre em mim: homenagem a Ângela Vaz Leão*. Belo Horizonte: CESPUC, 1999. p. 197-204.

TRAVAGLIA, L. C. Tipelementos e a construção de uma teoria tipológica geral de textos. In: FÁVERO, L. L.; BASTOS, N. M. de O. B.; MARQUESI, S. C. (Org.). *Língua portuguesa pesquisa e ensino*. São Paulo: EDUC: FAPESP, 2007. v. 2, p. 97- 117. [2003].

TRAVAGLIA, L. C. Tipos, gêneros e subtipos textuais e o ensino de língua materna. In: BASTOS, N. M. O. B. (Org.). *Língua portuguesa: uma visão em mosaico*. São Paulo: EDUC: PUC, 2002b. p. 201-214.

TRAVAGLIA, L. C.; KOCH, I. G. V. *A coerência textual*. São Paulo: Contexto, 1990. (Repensando a língua portuguesa).

TRAVAGLIA, L. C.; KOCH, I. G. V. *Texto e coerência*. São Paulo: Cortez, 1989.

WEINRICH, H. *Estructura y función de los tiempos en el lenguaje*. Madrid: Gredos, 1968.